



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

**A Crise de 2001 e seus impactos sobre o sistema partidário
argentino**

LUCAS GIORDANO COSTA

Brasília-DF, julho de 2018

Lucas Giordano Costa

A Crise de 2001 e seus impactos sobre o sistema partidário argentino

Monografia de conclusão do curso de Ciência Política da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Bacharel em Ciência Política.

Orientador: André Borges de Carvalho

Brasília-DF, julho de 2018

A Crise de 2001 e seus impactos sobre o sistema partidário argentino

Monografia de conclusão do curso de Ciência Política da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Bacharel em Ciência Política.

André Borges de Carvalho

Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (Orientador)

Adrian Albala

Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (Parecerista)

Brasília-DF, julho de 2018

DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia a minha família, aos meus amigos, e aos meus professores, que juntos contribuíram para minhas formações pessoal e acadêmica, tão importantes para a realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a toda minha família, especialmente meus pais, Ana Cristina e Germano, irmãos, Gabriela, Vithória e Tadeu, e minha querida avó Carmela (*in memoriam*), que me auxiliaram no processo de formação pessoal, bem como acompanharam meus esforços e conquistas durante minha trajetória acadêmica, a qual tenho o orgulho de concluí-la com esta monografia.

Estendo os agradecimentos a todos os meus amigos que de alguma forma proporcionam experiências importantes para minha vida, a qual se faz mais completa a partir dessas relações frutíferas. Em especial, destaco aqui alguns amigos que me apoiaram de modo mais direto na execução deste trabalho, sendo eles, Arthur, Daniel, Guilherme, Hugo, Leonardo, Noelle e Yuliana.

Por fim, agradeço a Universidade de Brasília, que me possibilitou concluir minha formação acadêmica por meio de um processo bastante fecundo de intercâmbio de conhecimento, e aos meus professores, sobretudo André Borges, que se dispôs a me orientar e contribuiu para a realização desta monografia com apontamentos e indicações bibliográficas, essenciais para fundamentar os objetivos e argumentos defendidos neste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho se destina a compreender uma das principais crises do período democrático argentino, qual seja, a crise do Governo De la Rúa, caracterizada por graves problemas econômicos, políticos e sociais que contribuíram para sua renúncia, em 2001. Como resultado, surgiram consequências político-partidárias importantes, que por sua vez, modificaram o bipartidarismo, praticamente estável, entre Partido Justicialista (PJ) e União Cívica Radical (UCR), que vigorou durante a história democrática do país. Em seu lugar, originou-se uma nova estrutura de competição partidária, a qual marcou a hegemonia do PJ, tanto em relação aos pequenos partidos recém-criados, quanto sobre sua principal adversária de longa data, a UCR, que enfraquecida após o desastre da Gestão De la Rúa (UCR), não dispunha mais da força eleitoral de antes, tão necessária para vencer os *justicialistas* nas urnas. Destacase ainda que essa nova estrutura de competição se manteve até 2015, quando a coalizão nacional *Cambiamos* ganhou a eleição presidencial, bem como apresentou resultados legislativos expressivos, pondo fim a então hegemonia do PJ.

Palavras-chave: Argentina, crise, De la Rúa, estrutura de competição partidária, UCR, PJ.

ABSTRACT

The present work aims to understand one of the main crises of the Argentine democratic period, meaning the De La Rúa Government crisis, characterized by severe economic, political and social problems, which contributed to his resignation in 2001. As a result, many important political-party consequences came up, which modified the practically stable bipartisanship between the *Partido Justicialista* (PJ) and the *Unión Cívica Radical* (UCR), that lasted during the democratic history of the country. Replacing this scenario, a new structure of party competition has begun, which marked the hegemony of PJ, related to the newly created small parties and to its main opponent of long term, the UCR, that was weakened by the disaster with the De La Rúa Governance (UCR) and couldn't count on its former electoral strength, extremely needed to beat the *justicialistas* in the poll. It can be highlighted the fact that this new competition structure was kept until 2015, when the national coalition *Cambiamos* won the presidential election, as well as presented expressive legislative results, ending the PJ hegemony.

Keywords: Argentina, crisis, De la Rúa, party competition structure, UCR, PJ.

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo comprender una de las principales crisis del período democrático argentino, conocida como, la crisis del Gobierno De la Rúa, caracterizada por graves problemas económicos, políticos y sociales que contribuyeron para su renuncia en el 2001. Como resultado, surgieron consecuencias político partidarias importantes, que por su vez, modificaron el, prácticamente, estable bipartidismo entre el Partido Justicialista (PJ) y la Unión Cívica Radical (UCR), que ha vigorado durante la historia democrática del país. En su lugar, se originó una nueva estructura de competencia partidaria, la cual marcó la hegemonía del PJ, tanto en relación a los pequeños partidos recién creados, cuanto a su principal adversaria de largo plazo, la UCR, que fragilizada después del desastre de la Gestión De La Rúa (UCR), no disponía más la fuerza electoral de antiguamente, tan necesaria para vencer los justicialistas en las urnas. Todavía, vale destacar que esa nueva estructura de competencia se mantuvo hasta el 2015, cuando la coalición nacional Cambiemos ganó la elección presidencial, así como presentó resultados legislativos expresivos, poniéndole fin a la hegemonía del PJ de ese entonces.

Palabras clave: Argentina, crisis, De la Rúa, estructura de competencia partidaria, UCR, PJ.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E INSTITUCIONAL DA ARGENTINA	10
3. PRINCIPAIS PARTIDOS DA HISTÓRIA DEMOCRÁTICA ARGENTINA.....	11
3.1. PARTIDO JUSTICIALISTA (PJ)	11
3.2. UNIÃO CÍVICA RADICAL (UCR)	12
4. METODOLOGIA E TÉCNICAS DE PESQUISA	12
5. ELEIÇÃO E POSSE DE FERNANDO DE LA RÚA	13
6. ANÁLISE SOBRE A CRISE DO GOVERNO DE LA RÚA E SEU DESFECHO.....	14
7. CONSEQUÊNCIAS POLÍTICO-PARTIDÁRIAS ORIUNDAS DA CRISE DE 2001.....	23
8. CONCLUSÃO.....	33
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	35

1. INTRODUÇÃO

A presente monografia tem como objetivo geral compreender uma das principais crises do período democrático argentino, a crise de 2001, cujo ápice sucedeu com a renúncia do então presidente Fernando de la Rúa (UCR). Desse modo, busca-se investigar o contexto envolvido, a fim de analisar (como forma de objetivos específicos) os fatores econômicos, políticos e sociais que levaram a tal desfecho, bem como as consequências político-partidárias oriundas da referida crise (e de seus graves desdobramentos).

A fim de esclarecer os devidos objetivos, este trabalho se estrutura em seis seções: a primeira oferece uma visão geral sobre a Argentina, destacando características de organização administrativa e institucional, a fim de proporcionar uma prévia compreensão acerca daquele país, onde se situou a crise aqui examinada. A segunda seção expõe breves apresentações sobre os dois principais partidos (PJ e UCR) da história democrática argentina, no intuito de permitir um entendimento mais preciso sobre essas legendas, que também protagonizaram as discussões ao longo deste trabalho. A terceira seção aborda brevemente a metodologia e as técnicas de pesquisa utilizadas. A quarta seção apresenta de modo sucinto a eleição de 1999 e a posse de De la Rúa como presidente. A quinta seção, por sua vez, trata de uma linha de raciocínio que envolve os elementos políticos, econômicos e sociais que contribuíram para a crise do Governo De la Rúa e sua posterior renúncia. A sexta seção analisa as consequências político-partidárias provenientes da referida crise. Por fim, na conclusão se reúnem os principais resultados encontrados, bem como suscitam-se discussões para pesquisas futuras.

Diante do exposto, reconhece-se a importância do mencionado tema de pesquisa, haja vista que esse se propõe a analisar uma das mais relevantes crises democráticas da Argentina, a qual produziu efeitos impactantes no país, além de resultar uma nova estrutura de competição partidária, com consequências duradouras. Portanto, para os interessados em se aventurar pelo estudo de realidades políticas estrangeiras, o tema tratado por esta monografia é essencial para uma boa compreensão da política argentina. Ademais, a relevância desta pesquisa também se justifica por ensejar estudos comparativos entre Argentina e Brasil, no que diz respeito às implicações político-partidárias advindas da crise da Gestão De la Rúa e da atual crise brasileira, que por sua vez, conhecerá melhor seus efeitos após as eleições de 2018.

2. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E INSTITUCIONAL DA ARGENTINA

A Argentina, reconhecida oficialmente como República Argentina, é fundamentada, segundo sua Constituição expressa, por uma forma de governo “representativa, republicana, federal”, bem como por um sistema presidencialista. Desse modo, o país se subdivide em vinte e três Províncias, além da Cidade Autônoma de Buenos Aires (a capital federal), sendo cada uma delas investida de autonomia para se autoadministrarem e redigirem suas próprias cartas constitucionais. Ademais, vale registrar que cada Província possui divisões em departamentos, com ressalvas para as nomenclaturas diferenciadas na Província de Buenos Aires (subdividida em partidos) e na Cidade de Buenos Aires (composta por comunas). (Constitución de la Nación, 2018)

Quanto à separação de poderes adotada na Argentina, destacam-se os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, os quais estão presentes tanto no nível federal como na esfera provincial. No tocante ao âmbito federal, que é o escopo de análise deste trabalho, o chefe do Poder Executivo, isto é, o Presidente da Nação, é escolhido por meio de eleições diretas, tornando-se vitorioso o candidato que: a) superar a marca de 45% dos votos válidos; ou b) obtiver no mínimo 40% dos votos válidos, havendo diferença maior que dez pontos percentuais em relação à segunda chapa mais votada. Em caso de insucesso de ambas as condições supracitadas, segue-se a necessidade de um segundo turno com as duas fórmulas mais votadas, proclamando-se presidente o candidato que então receber a maioria dos votos nessa segunda rodada. Após eleito, o novo presidente (e seu respectivo vice) fará jus a um mandato de quatro anos, podendo se reeleger para apenas um único mandato consecutivo. (Constitución de la Nación, 2018)

A respeito do Poder Legislativo Federal, compete ao Congresso da Nação Argentina a função de representá-lo. Este órgão possui uma estrutura bicameral, formada pela Câmara dos Deputados (Câmara Baixa) e pelo Senado (Câmara Alta). A respeito da primeira, a Câmara é composta por 257 deputados, eleitos através de um sistema de representação proporcional, os quais exercem mandatos de quatro anos, havendo possibilidade de reeleições ininterruptas. Além disso, na Argentina ocorrem eleições para a Câmara dos Deputados a cada dois anos, a fim de renovar pela metade o número de parlamentares. Cabe mencionar também que, o voto é obrigatório para cidadãos de 18 a 70 anos de idade, e optativo, desde novembro de 2012, para adolescentes entre 16 e 18 anos. (Constitución de la Nación, 2018)

No que concerne ao Senado, este comporta 72 senadores. Assim como acontece para a Câmara dos Deputados, para fins de sufrágio, cada Província e a cidade de Buenos Aires são compreendidas como distritos eleitorais, totalizando-se 24. Destarte, cada distrito elege três senadores (dois para o partido vencedor das eleições na respectiva circunscrição, e um para a agremiação que alcançar a segunda colocação). Os senadores possuem mandatos de seis anos, sendo permitidas reeleições contínuas. Adicionalmente, o Senado renova um terço de seus parlamentares a cada dois anos, uma vez que os 24 distritos eleitorais são divididos em três grupos de oito, e portanto, a cada dois anos sucedem eleições em oito desses distritos argentinos para escolherem seus três senadores. (Constitución de la Nación, 2018)

Por fim, atinente ao Poder Judiciário na esfera federal, cabe à Corte Suprema de Justiça da Nação (CSJN) o papel de exercê-lo. Essa Corte é constituída por ministros, os quais são previamente indicados pelo presidente argentino, e submetidos ao crivo do Senado, sendo necessária a aprovação por maioria de dois terços dos votos dos senadores. Atualmente a CSJN é formada por cinco ministros, entretanto, vale mencionar que de 1990 a 2006 sua composição era de nove juízes, haja vista que o Congresso argentino possui competência para legislar sobre a quantidade de membros da CSJN, o que explica as mudanças dessa natureza ocorridas desde 1863. (Constitución de la Nación, 2018)

3. PRINCIPAIS PARTIDOS DA HISTÓRIA DEMOCRÁTICA ARGENTINA

3.1. PARTIDO JUSTICIALISTA (PJ)

O Partido Justicialista (PJ) - fruto da fusão das agremiações *Unión Cívica Radical (Junta Renovadora)*¹, *Laborista* e *Independiente* - foi fundado em 1947, pelo general Juan Domingo Perón. Inicialmente denominado Partido Peronista, este se viu obrigado a modificar o nome de sua legenda, em virtude de uma lei de 1971 que proibia a utilização de designações pessoais (ou derivações) para nomear partidos políticos. Sendo assim, estabeleceu-se o nome Partido Justicialista, porém, por força da tradição, tanto a agremiação como seus adeptos e seguidores são também conhecidos como peronistas (ou *justicialistas*). Quanto ao desempenho eleitoral, a referida legenda venceu as eleições para a Presidência da Nação Argentina por nove vezes:

¹ Partido criado por dissidentes da UCR, e que decidiram apoiar Perón.

Perón (1946, 1953 e setembro de 1973), Héctor Cámpora² (março de 1973), Carlos Menem (1989 e 1995), Néstor Kirchner (2003) e Cristina Kirchner (2007 e 2011). (MACKINNON, 1995, p. 1-12), (BANDEIRA DE MELLO, 2016, p. 6)

3.2. UNIÃO CÍVICA RADICAL (UCR)

A União Cívica Radical (UCR) teve sua fundação datada de 1891, pelo político-revolucionário Leandro Alem. Dessa forma, a UCR carrega a marca de ser o partido mais antigo em atividade na Argentina, sendo seus filiados e seguidores popularmente conhecidos como *radicais*. Assim como o PJ estimulou o desenvolvimento do peronismo, a UCR engendrou a corrente política do *radicalismo* no país, que por sua vez influenciou a criação e as agendas de outras agremiações. Com relação à performance nas eleições presidenciais, a UCR obteve êxito em oito ocasiões: Hipólito Yrigoyen (1916 e 1928), Marcelo de Alvear (1922), Roberto Ortiz (1938), Arturo Frondizi (1958), Arturo Illia (1963), Raúl Alfonsín (1983) e Fernando de la Rúa (1999). ([UCR/Comité Nacional, 2018](#))

4. METODOLOGIA E TÉCNICAS DE PESQUISA

Para a elaboração desta monografia utilizei a abordagem do estudo de caso como guia metodológico, haja vista a realidade multifacetada de fatores a se considerar, bem como a complexa estrutura causal presente, a qual não se explicaria, de modo suficiente, com a análise de variáveis isoladas. Portanto, o estudo de caso cumpre o papel metodológico de organizar os eventos (inseridos em um determinado contexto, no caso, a crise do Governo De la Rúa), que foram explorados neste trabalho, em torno de uma linha coerente de processos, consolidando assim o raciocínio explicativo causal. (BORGES, 2007, p. 51-57)

Acerca das técnicas de pesquisa empregadas, evidencio a importância da pesquisa bibliográfica, tendo em vista sua ampla capacidade de reunir teorias responsáveis por fundamentar os objetivos deste trabalho. Ademais, destaco a utilização de análises documental

² Candidato indicado pelo próprio Perón, diante da impossibilidade de sua candidatura, que esbarrava em restrições impostas pelo governo militar da época.

e de banco de dados, como forma de proporcionar sustentação e corroboração aos argumentos que procurei defender ao longo desta monografia.

5. ELEIÇÃO E POSSE DE FERNANDO DE LA RÚA

Em 24 de outubro de 1999, a população argentina elegeu Fernando de la Rúa como Presidente da Nação, com mandato previsto até 2003. Foi uma vitória relevante para a União Cívica Radical, uma vez que o partido assumiu a presidência após dez anos de governo *justicialista*, sob o comando de Carlos Menem (1989-1999). De la Rúa foi eleito através da coligação eleitoral denominada *Alianza para el Trabajo, la Justicia y la Educación*, uma união entre as agremiações UCR e FREPASO (Frente País Solidário). Comumente conhecida como “Aliança”, a referida coligação - que se tornou coalizção política de governo - teve como fórmula eleitoral a candidatura de De la Rúa (UCR) como presidente, e Carlos “Chacho” Álvarez, principal líder político da FREPASO, como vice-presidente. (Dirección Nacional Electoral, 2018)

A criação da Aliança data de 1997, e se explica a partir dos resultados da eleição presidencial de 1995, quando Carlos Menem (PJ) se reelegeu com 49,94% dos votos, enquanto FREPASO e UCR obtiveram, respectivamente, 29,30% e 16,99% dos votos. Dessa forma, ambos os partidos de oposição perceberam que uma eventual coadunação de suas forças representaria chances reais de superar o poder do Partido Justicialista frente ao eleitorado, o que se confirmou logo nas eleições legislativas de 1997, quando a Aliança alcançou a maior quantidade de votos, deslocando o PJ para a segunda posição. (Dirección Nacional Electoral, 2018)

Diante do exposto, tal como ocorrera em 1997, a Aliança novamente conseguiu desbancar os peronistas em 1999, desta vez no âmbito do Executivo federal. A chapa De la Rúa-Carlos Álvarez conquistou a vitória já em primeiro turno, recebendo 48,37% dos votos, enquanto a chapa peronista, encabeçada por Eduardo Duhalde e Ramón Ortega, atingiu a marca de 38,28% dos votos (Dirección Nacional Electoral, 2018). Graças à fórmula lançada pela Aliança, a UCR pôde, mais uma vez na história, ocupar o posto da Presidência da Nação, por meio da figura de De la Rúa, cuja posse sucedeu em 10 de dezembro de 1999.

6. ANÁLISE SOBRE A CRISE DO GOVERNO DE LA RÚA E SEU DESFECHO

Durante a campanha presidencial de 1999, De la Rúa prometeu um estilo de governo moderado, em comparação com as medidas neoliberais mais austeras adotadas por seu antecessor, Carlos Menem (PJ). Tais medidas produziram efeitos benéficos, como o controle da hiperinflação, que assolava a Argentina ao final da década de 1980, bem como o elevado crescimento do PIB argentino ao longo do governo do *justicialista*, sobretudo em seu primeiro mandato (1989-1995). Esses resultados foram essenciais para alavancar a imagem tanto de Menem, quanto do condutor de suas políticas econômicas de governo, o Ministro da Economia Domingo Cavallo. ([PENNAFORTE, 2015](#))

Colhendo os frutos do êxito supracitado, Menem se reelegeu em 1995, presidindo o país até 1999. No entanto, apesar dos benefícios já elencados, suas políticas de governo também trouxeram consequências negativas, e que se mostraram mais marcantes em seu segundo mandato, como aumentos do desemprego, da concentração de renda e de custos para utilização de serviços públicos, além de cortes excessivos de gastos sociais e empobrecimento maciço de setores da população. Acrescenta-se a esses efeitos problemáticos, o caso conhecido como *IBM-Nación*, referente ao pagamento de propina a executivos do *Banco Nación*, sucedido durante o Governo Menem. ([PENNAFORTE, 2015](#))

Diante desse cenário, e como já mencionado, De la Rúa lançou sua candidatura, em 1999, não apenas criticando o escândalo de corrupção que se manifestou no governo precedente, bem como se comprometendo a resolver os problemas - pelos quais a Argentina passava - de modo mais prudente. No entanto, após eleito, e ainda no início de seu mandato, De la Rúa nomeou para o Ministério da Economia José Luis Machinea, o qual logo indicou um plano de austeridades, que por sua vez desagradou parlamentares e ministros da FREPASO, haja vista que tal plano, além de prever aumento de impostos, tratava também sobre cortes de gastos nas áreas de educação e serviços sociais, contradizendo então o compromisso firmado pela coligação eleita (Aliança), qual seja, o de fortalecer aquelas áreas. (LUPU, 2014, p. 582)

Essa condição de desagrado, entre membros da FREPASO com o governo, originou dificuldades para De la Rúa conseguir aprovar seus projetos no Congresso. Desse modo, o presidente passou a editar decretos, e a desconsiderar a consulta de seu vice, Carlos Álvarez (e da FREPASO), para a tomada de decisões políticas, o que certamente descontentou ainda mais os integrantes de sua coalizão. Entretanto, nesse contexto de relações com a FREPASO, o pior agravante envolvendo o presidente ocorreu em junho de 2000, em virtude de uma suposta

ordem para a compra de votos de senadores com vistas à aprovação da proposta de reforma trabalhista. Esse fato, combinado ao descontentamento já existente, levou o vice-presidente Álvarez a renunciar, desestabilizando assim a coalizão em torno de De la Rúa. (LUPU, 2014, p. 582-583)

No início de 2001, a Argentina, marcada por esses problemas de governo, não apresentou mais condições de cumprir com as obrigações impostas pelo Fundo Monetário Internacional, a fim de renegociar sua elevada dívida externa. Nesse meio termo, De la Rúa e seu Ministro da Economia, Machinea, discordaram da forma como deveria ser conduzida essa situação, o que resultou na renúncia do último. Para seu lugar, e sem consultar os líderes de sua coalizão, De la Rúa nomeou Ricardo López Murphy. Este, por sua vez, indicou uma nova plataforma de austeridades, ainda mais severas que a de seu predecessor, e com acentuada redução de gastos com educação. (LUPU, 2014, p. 583)

Como consequência dessa nova agenda rígida, tanto membros da FREPASO quanto da própria UCR se manifestaram contrários aos rumos que a política econômica estava tomando. Prova disso foram os fatos de três *radicais* entregarem suas pastas ministeriais como forma de protesto. Ademais, até mesmo Raúl Alfonsín, líder da UCR, expôs sua discordância com a nomeação de López Murphy. Ao sentir-se pressionado, De la Rúa mais uma vez substituiu o posto de Ministro da Economia, passando o cargo agora para Domingo Cavallo, o qual havia exercido a mesma função sob o Governo Menem (PJ). (LUPU, 2014, p. 583)

Ciente da dificuldade que encontrara para governar com os dissidentes da FREPASO, De la Rúa nomeou Cavallo com o intuito de angariar suporte político da ala *justicialista* que apoiava o Ministro. Essa tentativa do presidente funcionou em parte, no sentido de que os projetos propostos por Cavallo estavam sendo aprovados pelo Congresso. Entretanto, a mesma atitude também suscitou reações contrárias dentro de sua própria coalizão, ou seja, entre integrantes da UCR e da FREPASO, os quais decidiram sair desses partidos para formar novas legendas, pois estavam insatisfeitos com a promiscuidade entre a bandeira *radical* e o Partido Justicialista. (LUPU, 2014, p. 583)

Percebendo o descrédito que se alastrava pela Gestão De la Rúa, incertezas econômicas se propagaram e a taxa de câmbio fixa (adotada desde o Governo Menem, e que estipulava a paridade entre o peso argentino e o dólar americano) passou a ser vista como insustentável, levando a população a um intenso movimento de retirada de suas finanças dos bancos. Visando conter a crise de liquidez gerada, De la Rúa promoveu o congelamento de depósitos bancários,

medida conhecida como *corralito*. Tal ação gerou diversos protestos pelas ruas da Argentina, os quais, além de motivarem a decretação de estado de sítio (pronunciada pelo presidente em cadeia nacional, indignando ainda mais os manifestantes), foram extremamente essenciais para se compreender a queda de De la Rúa, e por isso serão melhor discutidos posteriormente. (LUPU, 2014, p. 583-584)

Ao analisarem os fracassos presidenciais, sobretudo na América do Sul, Hochstetler e Edwards (2009) orientam seus estudos para fatores exógenos ao presidencialismo, visto que este regime, normalmente, permanece ao longo do tempo, apesar das interrupções dos mandatos presidenciais. Sendo assim, as autoras argumentam que fatores como o baixo desempenho econômico e escândalos de corrupção vinculados à figura do presidente representam, em um primeiro estágio, desafios para a continuidade do mesmo em seu cargo. (HOCHSTETLER e EDWARDS, 2009, p. 48-53)

Em um segundo momento, e como resposta à performance e à conduta presidencial desqualificadas, emergem protestos sociais contra o presidente em exercício, que por sua vez, de acordo com Hochstetler e Edwards (2009), ao optar por reprimê-los com força letal, ocasionando mortes, ampliam-se as chances de término precoce de seu mandato. (HOCHSTETLER e EDWARDS, 2009, p. 48-53)

Destarte, em consonância com as acepções supracitadas, pode-se entender o desfecho que tomou o governo de Fernando de la Rúa, uma vez que sua administração passou por uma forte crise econômica (com índices de miséria e de desemprego alarmantes, além da difamada política do *corralito*), bem como por acusações de corrupção (o já citado escândalo de compra de votos de senadores) consistentes contra o próprio presidente. (LUPU, 2014, p. 582-584)

Diante de tais desafios, De la Rúa se viu contra uma onda de manifestações sociais que tomou conta de várias cidades argentinas nos dias 19 e 20 de dezembro de 2001. Como forma de controlar esses protestos, o governo utilizou-se de repressão e força letal, provocando a morte de dezenas de pessoas, além de centenas de feridos, o que certamente agravou ainda mais a situação do então presidente, resultando assim em sua subsequente renúncia, e que por sinal, tornou-se uma cena memorável para os argentinos, quando De la Rúa abandonou a Casa Rosada (sede oficial da Presidência da Nação) de helicóptero, em meio aos tumultos nas ruas. ([El Día online.com](http://ElDíaonline.com), 2016)

Complementando o que precede, destaca-se a constatação de Kim e Bahry (2008) no que diz respeito à influência que as manifestações sociais exercem sobre a continuidade do

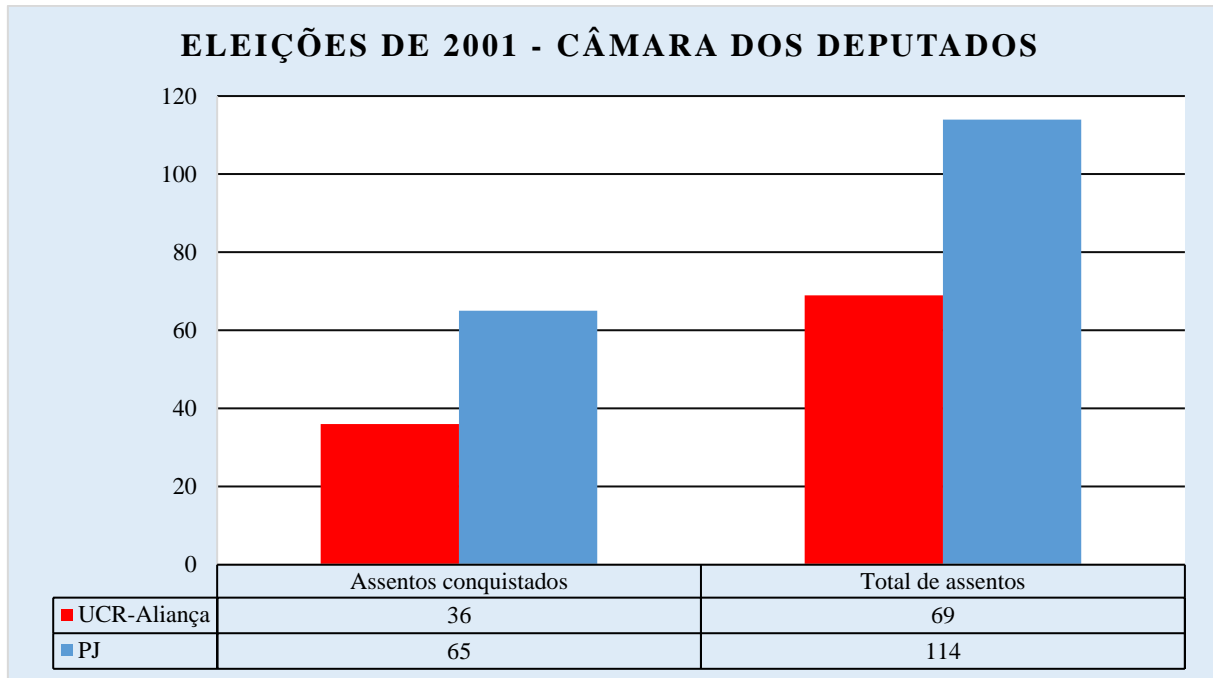
mandato presidencial. Nesse caso, os autores chamam a atenção não para protestos genéricos ou greves, mas para aqueles atos cujo objetivo principal seja a retirada do presidente do poder, haja vista que nessas ocasiões se verifica o quão desgastada está a figura do presidente perante a opinião pública, e assim, mais difícil se torna conquistar apoio do eleitorado e dos parlamentares. (KIM e BAHRY, 2008, p. 96-97)

Indo ao encontro do que foi dito acima, apesar de inicialmente os problemas do Governo De la Rúa terem sido o principal alvo da insatisfação generalizada, na fase final de sua presidência, os protestos passaram a ameaçar sua saída do cargo. O episódio de corrupção que o envolveu, a política do *corralito* adotada, e o discurso presidencial de estado de sítio foram responsáveis por canalizar as manifestações populares para o objetivo de retirar De la Rúa do poder. Então, com sua imagem pública extremamente deteriorada, e com enormes obstáculos para aquisição de apoio político, De la Rúa acabou renunciando. (MALAMUD, 2013, p. 10-15; 19-21)

Ao mesmo tempo em que compartilham o entendimento de que as crises presidenciais, na maioria das regiões, não originam necessariamente derrocadas do regime democrático presidencialista, Kim e Bahry (2008) também argumentam que presidentes que se deparam com governos divididos são mais propícios à queda, dada a ausência de uma base legislativa de sustentação. (KIM e BAHRY, 2008, p. 88-89)

Dessa forma, esse fato tornou-se mais um relevante empecilho para a gestão de Fernando de la Rúa, já que após o mencionado escândalo de compra de votos, o governo se encontrou desunido diante da renúncia de seu vice-presidente, Carlos Álvarez, da FREPASO, ocorrida em 6 de outubro de 2001. Adicionalmente, a divisão no Governo De la Rúa também veio do fraco desempenho apresentado nas eleições legislativas de 14 de outubro do mesmo ano (que proporcionaram maior bancada na Câmara dos Deputados para o Partido Justicialista³, segundo apresenta o gráfico a seguir), o que conseqüentemente redundou no desmanche de sua coalizão. (Dirección Nacional Electoral, 2018), (LUPU, 2014, p. 582-583)

³ Vale mencionar que o PJ já havia maioria no Senado antes das eleições legislativas de 2001.



Elaboração própria. Fontes: CALVO (2005), Dirección Nacional Electoral (2018), ESCOLAR, CALVO, CALCAGNO e MINVIELLE (2002)

Para uma análise mais apurada do gráfico, registro que para a referida eleição foram colocados 127 cargos em disputa (haja vista que a Câmara dos Deputados renova seu parlamentares através de pleitos alternados, a cada dois anos, para preenchimento de 127 e 130 assentos, totalizando os 257 membros que compõe a Câmara). Desse modo, observa-se que o Partido Justicialista foi o grande vitorioso nessa ocasião, tendo conquistado 65 cadeiras apenas nas eleições de 2001. Tal resultado elevou a bancada peronista para a marca de 114 deputados, tomando assim a posição de primeira força na Câmara, antes pertencente à Aliança, que por sua vez, conquistou apenas 36 cadeiras e viu sua bancada reduzir para 69 deputados. (CALVO, 2005, p. 158), (ESCOLAR, CALVO, CALCAGNO e MINVIELLE, 2002, p. 9)

Com o intuito de explorar ainda mais a relação entre protestos sociais e a base de sustentação legislativa em torno do presidente, destaco os argumentos de Pérez-Liñán (2008), os quais conferem papel fundamental ao que ele chama de *coaliciones callejeras* (coalizões das ruas) para a desestabilização e ulterior derrubada de um presidente. Nesse sentido, o autor reconhece que quanto mais extensa for a *coalición callejera*, isto é, quanto mais grupos sociais (e de setores diversos) fizerem parte dessa mobilização contrária ao presidente em exercício,

maiores serão as chances dele não levar seu mandato até o final. (PÉREZ-LIÑÁN, 2008, p. 112-114; 119-125)

Entretanto, Pérez-Liñán (2008) também ressalta outro aspecto que deve ser considerado para compreender de modo mais preciso a fragilidade presidencial, qual seja, o apoio legislativo (ou não) de que dispõe o presidente. Sendo assim, uma *coalición callejera* avessa ao presidente não se mostra, normalmente, condição suficiente para a queda do mesmo. Importa ainda, verificar o grau de apoio político que cerca o presidente, ou seja, principalmente, o tamanho da coalizão de governo. Dessa forma, quanto maior for a bancada legislativa favorável ao presidente, mais difícil se torna retirá-lo do cargo, pois o Congresso atuaria de modo a “blindá-lo” diante das manifestações sociais oriundas das *coaliciones callejeras*. Por outro lado, havendo maioria parlamentar de oposição, os efeitos das referidas manifestações são potencializados, uma vez que as elites políticas se utilizariam desse clamor social como forma de impulsionar e legitimar a queda presidencial. (PÉREZ-LIÑÁN, 2008, p. 110-112; 119-125)

Frente ao exposto, a extensa *coalición callejera* que marcou os protestos contra De la Rúa provocou danos graves ao presidente, pois essas manifestações tomaram conta das ruas da Argentina quando sua coalizão estava enfraquecida, tanto por problemas internos, quanto pelo fraco desempenho nas eleições legislativas de 2001 (como visto no gráfico acima), mostrando assim o desagrado da população com o governo. Após as mencionadas eleições, a Aliança (coalizão governista) perdeu grande parte de sua bancada. Por outro lado, o PJ, que já detinha maioria no Senado, obteve a maior bancada também na Câmara dos Deputados. Destarte, os protestos contra a Gestão De la Rúa, sucedidos em 19 e 20 de dezembro de 2001, foram potencializados, tendo em conta que os políticos opositores, desfrutando de maioria nas duas casas legislativas e justificados pela insatisfação popular com o governo, negaram qualquer apoio ao presidente, o que decerto estimulou sua renúncia. (PÉREZ-LIÑÁN, 2008, p. 110-112; 119-125), (SERRAFERO, 2014, p. 81-85; 94-96)

Ainda sobre a literatura que cobre as questões específicas atinentes ao processo que desencadeou a crise argentina e seus efeitos, sublinho os argumentos de Malamud (2013), os quais delegam papel determinante ao Partido Justicialista. Para o autor, a análise da crise argentina de 2001 se expande para além do nível federal, de modo a compreender as ações decisivas de governadores e prefeitos ligados ao Peronismo. Segundo ele, tais atores foram responsáveis por dificultar ainda mais a situação do presidente em exercício (haja vista a já instabilidade de sua coalizão), o que acabou forçando a renúncia de Fernando de la Rúa e

abrindo espaço para uma posterior retomada do poder pelo Partido Justicialista. (MALAMUD, 2013, p. 2-5; 19-21)

A fim de elucidar o que precede, Malamud (2013) salienta que, no sistema presidencialista argentino, acompanhado por sua forma federativa de governo, para saber as chances de reeleição de deputados e senadores (bem como a progressão em suas carreiras políticas) importa mais o apoio que esses candidatos terão dos governadores de suas Províncias do que suas performances parlamentares em si. Desse modo, governadores argentinos, tradicionalmente, utilizam-se dessa influência eleitoral para pressionar os parlamentares de suas circunscrições a representarem seus interesses perante o Congresso da Nação, ou seja, o nível provincial passa a influir no nível federal. (MALAMUD, 2013, p. 2-5)

Sendo assim, a atuação dos governadores peronistas consistiu em negar apoio para o projeto de união nacional, proposto por De la Rúa como forma de sair das crises política e econômica que assolavam a Argentina à época, o que acabou estimulando a queda presidencial. Ademais, e anteriormente a essa renúncia, houve ainda a ruptura de uma tradição na política do país, qual seja, a de que o partido ocupante da Presidência indicasse o Presidente Provisional do Senado, independentemente do tamanho de sua bancada. Portanto, diante da já conhecida vacância do cargo de Vice-Presidente (dada a renúncia de Carlos Álvarez), conscientes da instabilidade de Fernando de la Rúa, e passando a apresentar maior força parlamentar no Congresso (resultado das eleições legislativas de 2001), os senadores peronistas (influenciados também pelos governadores do partido) optaram pela nomeação de Ramón Puerta para a Presidência Provisional do Senado, o que permitiu ao Partido Justicialista encontrar-se diretamente na linha sucessória presidencial, em caso de impossibilidade de De la Rúa. (MALAMUD, 2013, p. 5-10; 19-21)

Outro ponto discutido por Malamud (2013), que revela a importância da atuação dos referidos líderes peronistas, diz respeito aos grupos sociais que compuseram os protestos de dezembro de 2001, os quais culminaram na derrocada do presidente de momento. Desse modo, destacaram-se três segmentos sociais: os *caceroleros*, os *saqueadores*, e um grupo de criminosos/arruaceiros. Os *caceroleros* eram integrantes da classe média da cidade de Buenos Aires, que se manifestavam contrariamente aos congelamentos bancários (*corralitos*) ordenados por De la Rúa, bem como encontravam-se insatisfeitos com o discurso presidencial de estado de sítio. Os *saqueadores* eram pessoas de setores urbanos empobrecidos advindas dos arredores da área metropolitana de Buenos Aires, cujos objetivos eram atender necessidades

mais básicas, conseguir bens, sobretudo alimentos. Já os criminosos/arruaceiros eram indivíduos que apenas tiravam proveito do cenário de desordem para provocar mais confusão. (MALAMUD, 2013, p. 10-15; 19-21)

Nesse sentido, considerando o argumento de Malamud (2013), de que prefeituras de cidades populosas, como as da Grande Buenos Aires, dispõem de significativos recursos orçamentários (além de autonomia política), e muitas vezes conseguem mobilizar um vasto número de pessoas através de uma série de relações clientelistas, o autor reconhece que, diante dos três segmentos sociais supracitados, o único protesto espontâneo foi aquele conduzido pelos *caceroleros*. Em contrapartida, os *saqueadores* e criminosos/arruaceiros teriam sido grupos - incentivados ou vinculados a líderes peronistas locais da Província de Buenos Aires - que participaram das manifestações com o intuito de torná-las mais intensas e violentas. Como consequência, tais atos desestabilizaram ainda mais a continuidade de De la Rúa na presidência, que combinados à falta de suporte político e à grave crise econômica, o fizeram abdicar de seu cargo. (MALAMUD, 2013, p. 5; 10-15; 19-21)

Prosseguindo no campo teórico específico sobre a crise de 2001 da Argentina, ressaltando o estudo de Serrafiero (2014), que analisa, dentre outras quedas presidenciais, a de De la Rúa, a fim de explicar os motivos pelos quais o referido presidente se viu diante de sua única saída possível: a renúncia. De acordo com a tipologia proposta pelo autor, o desfecho de De la Rúa pode ser classificado como “renúncia forçada imediata”, a qual se caracteriza pela tomada de consciência, por parte do presidente, quanto à situação terminal de seu governo - fruto de graves crises política, econômica e social -, impelindo-o a abrir mão de seu mandato. (SERRAFIERO, 2014, p. 81-85)

Com vistas a identificar mais fatores que contribuíram para a renúncia presidencial de 2001 na Argentina, Serrafiero (2014) destaca o fato de que Fernando de la Rúa não dispunha, à época, de significativa experiência executiva (chefiou a cidade de Buenos Aires por apenas um mandato), uma vez que se a tivesse poderia ter sido de grande importância para resolução das crises política e social que acometeram sua gestão. Outro ponto levantado pelo autor se refere à liderança débil de De la Rúa, muitas vezes marcada pela influência de amigos e parentes em suas decisões políticas. (SERRAFIERO, 2014, p. 89-91)

No que concerne à liderança de De la Rúa, menciono ainda o apontamento feito por Malamud (2005), o qual revela uma tradição dentro da UCR, qual seja, a de que seus líderes “nunca perdem controle do partido enquanto vivos. Foi assim com Alem, Yrigoyen e Balbín, e

assim seria com Alfonsín (...) Foi a terceira vez na história que um presidente da UCR não era o líder do partido” (MALAMUD, 2005, p. 11). Nesse sentido, para De la Rúa isso se tornou um sério problema, visto que, apesar de presidente (e de sua considerável autonomia), ele não era líder do partido, e muitas de suas ações descontentaram o líder Raúl Alfonsín, o que se traduziu em perdas de apoio político consideráveis dentro do próprio partido. (MALAMUD, 2005, p. 10-12)

Adicionalmente, Serrafiero (2014) salienta o elevado grau de rotatividade ministerial que se caracterizou nos dois anos de Administração De la Rúa (1999-2001). Como forma de comparação, enquanto os governos anteriores de Raúl Alfonsín (UCR) e Carlos Menem (PJ) apresentaram médias, respectivamente, de um novo ministro a cada 2,5 e 2,8 meses, a Gestão De la Rúa exibiu média de um ministro a cada 0,8 meses. Desse modo, compreende-se que a intensa rotatividade ministerial foi mais um elemento que representou e fomentou a fragilidade da coalizão de De la Rúa. (SERRAFERO, 2014, p. 90-91)

Com relação ao acentuado grau de rotatividade ministerial do Governo De la Rúa, vale mencionar também seus últimos esforços em prol da formulação de uma espécie de “coalizão de crise”. Ao perceber a gravidade de sua situação frente à Presidência, De la Rúa convidou lideranças peronistas para fazerem parte de seu gabinete, visando um projeto de união nacional, isto é, uma nova coalizão de governo (composta também por membros da oposição) com o intuito de readquirir estabilidade política, e assim, solucionar os problemas atinentes às crises social e econômica. (SERRAFERO, 2014, p. 94-96)

Apesar de tais esforços, De la Rúa não logrou êxito em sua tentativa, tendo em vista que os peronistas não se dispuseram a cooperar com seu projeto. Ao mesmo tempo, recaía sobre o presidente a responsabilidade pelas crises política e institucional. Destarte, diante de seu insucesso para elaboração da “coalizão de crise” supracitada, e conseqüentemente da ausência de apoio para dar continuidade à sua gestão, De la Rúa não encontrou outra saída senão a de pedir sua renúncia ao Senado, resultando assim a caracterizada “renúncia forçada imediata”, ocorrida em 20 de dezembro de 2001. (SERRAFERO, 2014, p. 81-85; 94-96)

A referida renúncia foi redigida pelo próprio De la Rúa, da seguinte forma:

Al señor presidente provisional del Honorable Senado, ingeniero Ramón Puerta. Me dirijo a usted para presentar mi renuncia como presidente de la Nación. Mi mensaje de hoy para asegurar la gobernabilidad y constituir un gobierno de unidad fue rechazado por líderes parlamentarios. Confío en que mi decisión contribuirá a la paz social y a la continuidad institucional de la República. Pido por eso al Honorable Congreso que tenga a bien aceptarla. Lo saludo con mi más alta consideración y

estima, y pido a Dios por la ventura de mi patria. Fernando de la Rúa. (CELS, 2002, p. 23-24)

7. CONSEQUÊNCIAS POLÍTICO-PARTIDÁRIAS ORIUNDAS DA CRISE DE 2001

Passando a analisar as consequências político-partidárias provenientes da crise do Governo De la Rúa, apresento inicialmente discussão sobre identificação partidária. Com o objetivo de explorar esse campo de estudo, para posteriormente analisar o caso específico da UCR, sublinho os apontamentos de Lupu (2012), que tratam dos elementos que compõem tal identificação. Primeiramente, o autor reconhece a existência de dois modelos explicativos, sendo um deles o que prevê a identificação partidária com base em uma lógica racional de maximização de utilidades, isto é, o eleitor orienta seu voto (e seu comprometimento) para aquele partido que lhe trará, potencialmente, maiores benefícios pessoais. O segundo modelo, por sua vez, traz a ideia da identidade social como ponto central, ou seja, princípios ideológicos e valores guiam a preferência partidária e o voto. (LUPU, 2012, p. 1-3)

Diante desse cenário, e longe de julgar qual modelo é mais importante, Lupu (2012) volta suas atenções ao modelo explicativo embasado na identidade social. O autor argumenta que as marcas/bandeiras partidárias sofrem alterações ao longo do tempo, que por sua vez, afetam as identidades sociais de tais partidos. Portanto, Lupu (2012) defende que a instabilidade eleitoral de uma agremiação não pode ser vista apenas como mudanças na identificação partidária, por si só, ou seja, não se trata de uma ação unilateral do eleitorado de modificar sua preferência. O movimento se inicia com o próprio partido, quando este toma atitudes e assume posições que contrastam com suas bandeiras tradicionais, transformando assim sua identidade social e, por conseguinte, comprometendo sua identificação com seus eleitores. (LUPU, 2012, p. 1-3; 12-14)

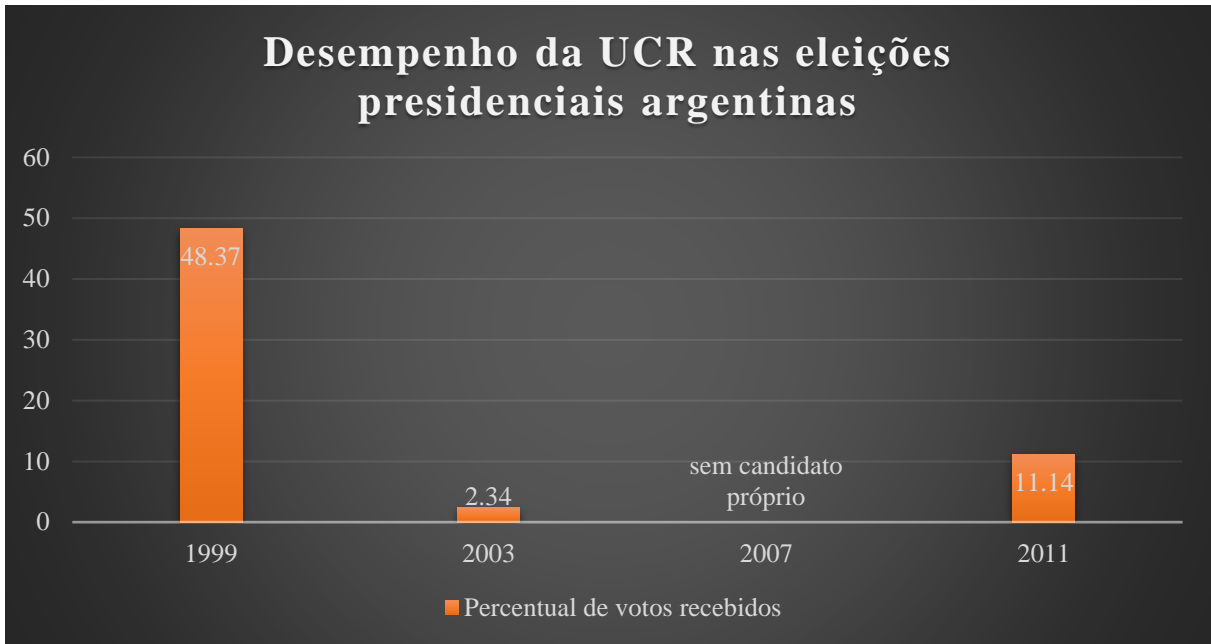
Continuando essa análise, Lupu (2012) destaca ainda que a identificação do eleitorado com um determinado partido não se resume somente às afinidades que aquele possui em relação à legenda. Cabe ressaltar também a consciência da distinção, isto é, a capacidade que eleitores identificados a um certo partido têm para diferenciar sua agremiação das demais. Sendo assim, o autor reconhece que a promoção de convergências entre legendas enfraquecem as identificações partidárias envolvidas, uma vez que as identidades sociais desses partidos perdem suas autenticidades, pois se misturam e acabam se transformando. (LUPU, 2012, p. 11-14)

Para retratar esse fato, Lupu (2012) expõe o resultado de seu estudo sobre identificação partidária na Argentina, o qual demonstrou que, conforme os eleitores recebiam informações que diferenciavam os partidos, mais o sentimento de identificação se cristalizava, visto que as posições e bandeiras partidárias se tornavam mais claras e bem definidas. Por outro lado, quando expostos a informações convergentes (sobre alianças e acordos políticos), mais fraca se mostrou a capacidade de distinção e, conseqüentemente, a identificação partidária. (LUPU, 2012, p. 4-8)

Dessa forma, utilizando-se da literatura supracitada para avaliar o caso específico da UCR, nota-se que, assim como ocorreu no governo *radical* de Raúl Alfonsín (1983-1989), a Administração De la Rúa (1999-2001) também passou por forte crise econômica, o que levou ambos a apresentarem desempenhos catastróficos em suas gestões. No entanto, a fim de superar tal crise, diferente de Alfonsín, De la Rúa adotou medidas econômicas mais graves e tentou forjar alianças com o Partido Justicialista, o que frustrou as expectativas dos eleitores da UCR. (LEVITSKY, 2000, p. 60-62), (LUPU, 2014, p. 583)

Essas frustrações dos eleitores da legenda podem ser entendidas a partir da concepção de que o partido, sob o comando de De la Rúa, modificou sua identidade social, pois estabeleceu políticas econômicas divergentes em relação à tradição *radical*, bem como se aproximou da ala *justicialista*, da qual deveria se destacar, e não se misturar. Diante de sua autenticidade agora contestada, tornou-se evidente o fato de a UCR ter sofrido intenso enfraquecimento de sua identificação partidária, o qual contribuiu para perdas eleitorais marcantes, que serão apresentadas e melhor discutidas posteriormente. (LUPU, 2014, p. 582-585)

Dando prosseguimento à análise sobre as implicações político-partidárias advindas da crise argentina aqui examinada, apresento o gráfico a seguir, que revela o colapso eleitoral da UCR após a presidência de Fernando de la Rúa. Considerando que o PJ e a UCR figuravam como as duas principais forças partidárias da Argentina até as eleições de 1999 (exceto na eleição presidencial de 1995, quando os *radicais* terminaram em terceiro lugar), é de se espantar como a UCR reduziu abruptamente sua expressão eleitoral nos pleitos ulteriores (conforme os dados abaixo), a ponto de nem sequer apresentar candidatura própria nas eleições de 2007, algo até então inédito na história do partido. (Dirección Nacional Electoral, 2018)



Elaboração própria. Fonte: Dirección Nacional Electoral (2018)

Com o intuito de complementar as informações do gráfico acima, e inserido nesse contexto de acentuado fracasso eleitoral da UCR, aponto os resultados de 2003 dos partidos recém-criados *Recrear* e *ARI (Afirmación para una República Igualitaria)*, os quais obtiveram, respectivamente, 16,37% e 14,05% dos votos, enquanto os *radicais* receberam apenas 2,34%. Nas eleições de 2007, a *ARI* concorreu através da coligação *Coalición Cívica*, alcançando 23,05% dos votos, não havendo candidato *radical* na ocasião. Em 2011, a coligação *Frente Amplio Progressista* atingiu 16,81% dos votos, enquanto a UCR, por meio da candidatura de seu principal líder e ex-presidente, Raúl Alfonsín, obteve modestos 11,14% dos votos. (Dirección Nacional Electoral, 2018)

Diante dos resultados acima, e considerando que o Partido Justicialista venceu as três eleições citadas anteriormente, percebem-se consequências referentes à estrutura de competição partidária em torno da presidência, que antes era caracterizada pelas disputas praticamente exclusivas (exceto em 1995, quando a *FREPASO* ficou em segundo lugar) entre *justicialistas* e *radicais*. Porém, com a degradação da União Cívica Radical após o Governo De la Rúa, legendas recém criadas passaram a fazer parte da corrida presidencial, até mesmo superando as votações da agora enfraquecida UCR, mas não o suficiente para derrotar os peronistas nas urnas. (BARRIENTOS, 2009, p. 74-76), (MOREIRA, 2006, p. 15-18)

Adicionalmente, vale mencionar que, apesar dos resultados animadores do PJ nas eleições presidenciais de 2003, 2007 e 2011, o partido sofreu um processo de intensificação de divisões internas, apresentando facções como “Peronismo Renovado”, “Movimento Peronismo por Perón”, “Frente para a Vitória”, “Peronismo Popular”, entre outras, o que resultou em mais de uma candidatura *justicialista* para a corrida presidencial naquelas três oportunidades. (DIANNI, 2004), (Dirección Nacional Electoral, 2018)

A fim de esclarecer o referido colapso da UCR, destaco os argumentos de um outro trabalho de Lupu (2014), os quais atribuem tal ruína a uma combinação de fatores, quais sejam, a erosão da identificação partidária e a performance ruim do partido quando no comando do governo - sobretudo na área econômica. Quanto ao primeiro fator, Lupu (2014) advoga que inconsistência e convergência minam a imagem de um partido, e conseqüentemente, sua identificação partidária. Sendo assim, partidos que apresentam inconsistências (fruto de conflitos internos e assunção de posições contrastantes à tradição da legenda) deterioram sua identificação com o eleitorado. Do mesmo modo, agremiações que promovem convergências entre si também enfraquecem suas identificações partidárias, pois isso dificulta a diferenciação entre as legendas, por parte do eleitor. (LUPU, 2014, p. 567-571)

Como resultado, reconhece-se que inconsistência e convergência provocam desmanche da identificação partidária, o que significa dizer que o eleitor passará então a depositar seu voto, exclusivamente, em função de sua avaliação quanto à performance do partido no governo, já que não há mais o elo de afinidade com a legenda, o que poderia relevar um eventual desempenho problemático. Portanto, chega-se à constatação de Lupu (2014): partidos que estabelecem convergências e inconsistências enfraquecem suas marcas/imagens, contribuindo assim para erosão de suas identificações partidárias, que por sua vez, combinadas a performances deficitárias do determinado partido enquanto governo originam o colapso da agremiação. Colapso este, entendido por uma redução eleitoral drástica de um partido até então bem estabelecido. (LUPU, 2014, p. 567-571)

Acerca das ações praticadas pela UCR, por meio da presidência de De la Rúa, que contribuíram para seu colapso eleitoral nos anos seguintes, evidencio a colocação de Malamud (2005), o qual expõe as constantes oscilações das políticas de governo implementadas durante os dois anos de Gestão De la Rúa. Desse modo, destacam-se os esforços iniciais do governo em equilibrar o déficit fiscal, com redução de gastos sociais e aumento de impostos. Com o fracasso do plano anterior, veio à tona um novo pacote de medidas ainda mais austeras. Em resposta a

essas medidas, difundiram-se reações sociais e políticas, fazendo com que De la Rúa apostasse em uma nova agenda, mais heterodoxa, com Domingo Cavallo, que afinal, também não prosperou. (MALAMUD, 2005, p. 12-13)

Diante do exposto, tornou-se nítido como a Administração De la Rúa promoveu inconsistências e convergências que minaram a imagem de seu partido. Quanto às inconsistências, sublinham-se os ajustes severos que o governo adotou na condução de sua política econômica (contrariando a tradição mais moderada da UCR, e provocando conflitos com membros da coalizão). A respeito das convergências exibidas, De la Rúa, além de trazer o ex-Ministro da Economia do Governo Menem (PJ), Domingo Cavallo, para orientar sua política econômica, buscou também apoio junto a parlamentares *justicialistas*. Portanto, tais ações exercidas durante a Gestão De la Rúa debilitaram a marca/imagem da UCR, enfraquecendo sua identificação partidária com o eleitorado. Somado a isso, há o desempenho desastroso (marcado por crises econômica, política e social) da UCR no poder, sob o comando de De la Rúa, e assim chega-se à constatação do colapso, fazendo com que o partido passasse a amargurar resultados eleitorais modestos e até mesmo pífios em algumas oportunidades. (LUPU, 2014, p. 582-585)

Complementando o assunto que envolve o descenso eleitoral da UCR, vale salientar a também significativa influência que o *Pacto de Olivos* exerceu sobre essa tendência eleitoral. O *Pacto de Olivos* levou esse nome por ter acontecido na *Quinta presidencial de Olivos*, residência oficial do Presidente da Nação Argentina. Tal pacto foi firmado em 14 de novembro de 1993, entre o então presidente Carlos Menem (PJ) e seu antecessor Raúl Alfonsín, principal líder político da União Cívica Radical. Por meio do acordo, os dois maiores partidos da época se comprometeram a realizar uma reforma constitucional, a qual ocorreu em 1994, e que, dentre outras modificações, permitiu a reelegibilidade presidencial, limitada a uma única vez. Dessa forma, Menem se viu diante da possibilidade (que acabou se concretizando) de um segundo mandato consecutivo. (MALAMUD, 2005, p. 10-11)

Nesse sentido, é importante ressaltar que Alfonsín era inicialmente contrário ao referido acordo. No entanto, dois fatores principais afetaram a decisão do líder *radical*. O primeiro remete aos resultados desanimadores das eleições legislativas nacionais de 1993, que conferiram vitória ao PJ em 17 dos 24 distritos eleitorais, incluindo a Província de Buenos Aires e a Capital Federal, os dois distritos mais populosos da Argentina, enquanto a UCR venceu apenas em quatro Províncias (Dirección Nacional Electoral, 2018). O segundo fator se refere às pressões tanto de Menem, quanto de governadores da própria UCR, também interessados em

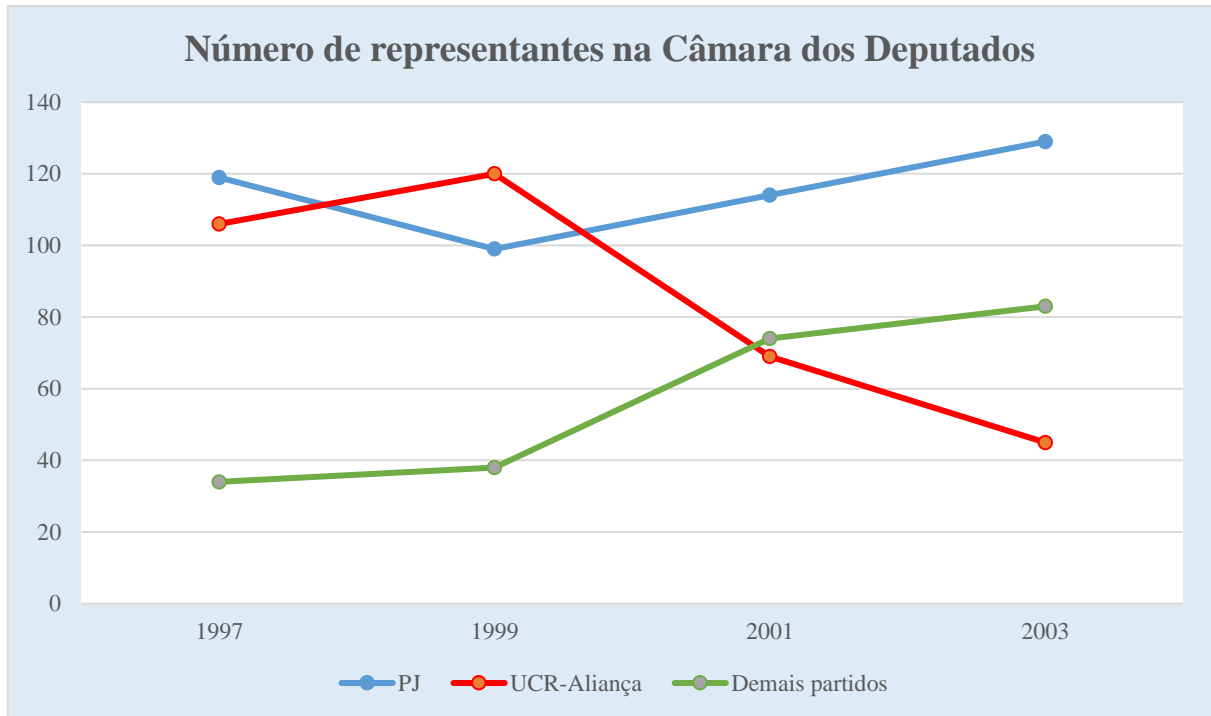
se reelegerem. Dessa forma, Alfonsín reconsiderou sua posição e então assumiu o compromisso do *Pacto de Olivos*. (MALAMUD, 2005, p. 10-11)

Devido à divergência com o mencionado pacto (que beneficiou Menem e o PJ), e discordantes do apoio dado pela UCR, novas agremiações cresceram como forma de ocupar o espaço na corrente de oposição (MALAMUD, 2005, p. 11). Desse modo, já nas eleições constituintes convencionais de 1994, destinadas a eleger os representantes que discutiriam e votariam a reforma constitucional oriunda do *Pacto de Olivos*, a UCR se encontrou ameaçada, uma vez que os demais partidos (desconsiderando os 134 assentos conquistados pelo PJ) elegeram juntos mais representantes (97) que a UCR (74). (Dirección Nacional Electoral, 2018)

Se nas referidas eleições constituintes convencionais a UCR se viu ameaçada, na eleição presidencial de 1995 a ameaça virou realidade. O *justicialista* Carlos Menem se sagrou vitorioso com 49,94% dos votos e se reelegeu, enquanto a UCR, que disputava as duas primeiras colocações com o PJ desde 1946, caiu para terceiro lugar, com 16,99% (tendo como candidato Horacio Massaccesi). Na ocasião, o segundo posto ficou com a FREPASO⁴, cujo candidato era José Octavio Bordón, o qual recebeu 29,30% dos votos. (Dirección Nacional Electoral, 2018)

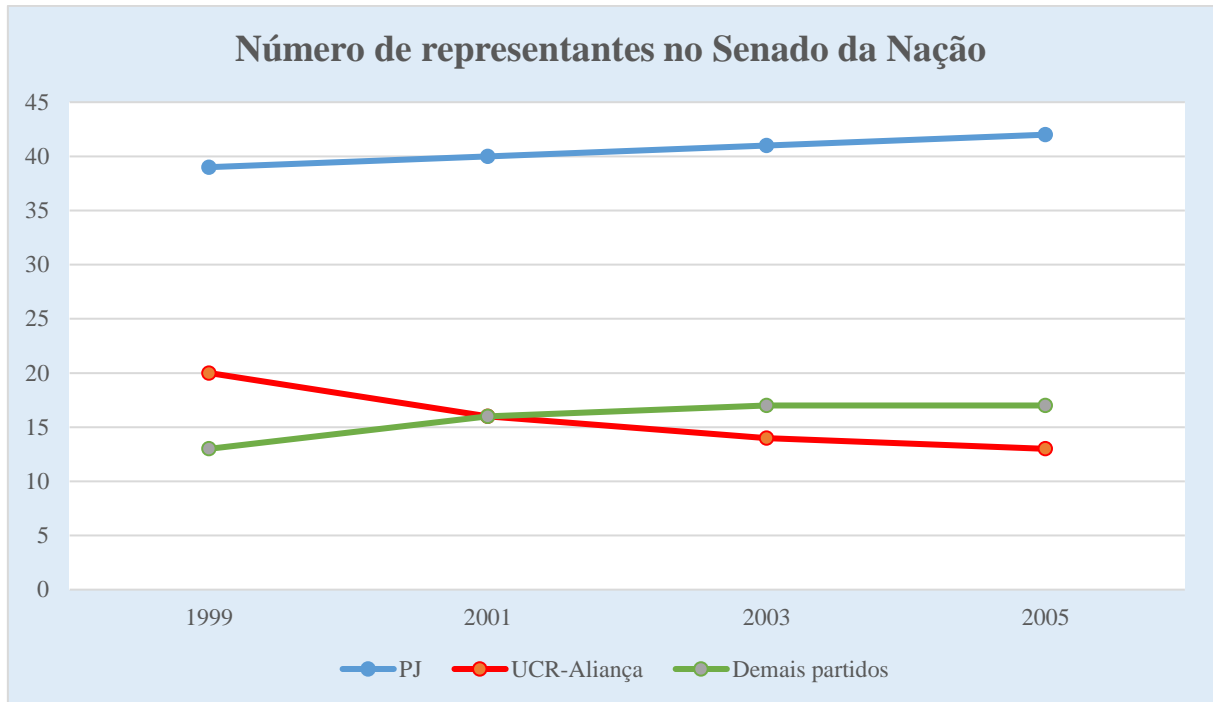
Portanto, pode-se dizer que o declínio eleitoral da UCR teve seu início a partir do *Pacto de Olivos* - bem como pela crise de hiperinflação, que marcou a fraca performance econômica do Governo Alfonsín (LEVITSKY, 2000, p. 60-62). Entretanto, a UCR reverteu aos poucos esse descenso nas urnas, e através da Aliança (coligação com a FREPASO) voltou à presidência em 1999 e retomou o controle da Câmara dos Deputados. Porém, com a crise da Gestão De la Rúa e seus desdobramentos catastróficos, o declínio eleitoral da legenda retornou e se agravou ainda mais, modificando a estrutura de competição partidária na Argentina, tanto em nível presidencial (já exemplificado anteriormente), quanto na esfera legislativa, a qual discutirei a partir de agora.

⁴ Confederação entre Frente Grande e PAIS, além de outros partidos menores.



Elaboração própria. Fontes: CALVO (2005), Dirección Nacional Electoral (2018)

Por meio desse gráfico, nota-se que até 1999, a UCR (através da coalizão “Aliança”) conseguia competir satisfatoriamente com o PJ na Câmara dos Deputados. No entanto, após o desastre do Governo De la Rúa, a coalizão governista experimentou uma queda expressiva no tamanho de sua bancada, reduzida de 120 deputados, em 1999, para 69 em 2001, número que se tornou ainda menor com as eleições legislativas seguintes. Não havendo mais Aliança, dissolvida com a renúncia de De la Rúa, a UCR viu sua representação diminuir para 45 deputados em 2003. Ademais, destaca-se o crescimento da bancada peronista (que dos 99 representantes em 1999, passaram a ser 129 em 2003), bem como o fato de que, a partir de 2001, desconsiderando o PJ, o conjunto das demais forças partidárias também já superava a quantidade de parlamentares *radicais*. (CALVO, 2005, p. 158), (Dirección Nacional Electoral, 2018)



Elaboração própria. Fontes: CALVO (2005), Dirección Nacional Electoral (2018)

Ao analisar esse gráfico, percebe-se uma condição diferente em comparação ao caso da Câmara dos Deputados, tendo em vista que, desde o Governo Menem, os *justicialistas* detêm maioria com uma boa margem na bancada do Senado da Nação. Entretanto, com a crise (e seus efeitos) da Gestão De la Rúa, a margem de diferença ficou ainda maior, uma vez que o número de senadores da UCR (sob a coalizão “Aliança”, existente até 2001) reduziu de 20, em 1999, para 13, em 2005. Por outro lado, tal como acontecera na Câmara, a bancada peronista ampliou, passando de 39 senadores, em 1999, para 42, em 2005. Além disso, ressalta-se outro movimento à semelhança do ocorrido na Câmara, qual seja, a união dos parlamentares dos demais partidos (exceto PJ) se tornou superior ao número de senadores da UCR, a partir de 2003. (CALVO, 2005, p. 158), (Dirección Nacional Electoral, 2018)

Complementando o que precede, cabe notar que o crescimento relatado das demais forças partidárias envolve tanto partidos de ordem nacional (isto é, reconhecidos em pelo menos cinco distritos eleitorais diferentes), quanto legendas de âmbito regional (partidos de distrito). Dessa forma, destaca-se que, embora os partidos de distrito possam concorrer às eleições para senadores e deputados nacionais, apenas as agremiações de ordem nacional podem lançar candidatos à Presidência e Vice-Presidência da Nação. ([Ministerio del Interior, 2018](#))

Tendo em conta o esclarecimento das situações sucedidas nas duas casas legislativas, evidencia-se a ocorrência de mudanças no padrão de competição entre os partidos, dado que a UCR diminuiu drasticamente o número de seus representantes, ao passo que o PJ adquiriu aumento substancial (apesar da prévia vantagem no Senado), passando a controlar o Congresso argentino sem sofrer grandes ameaças das demais agremiações, uma vez que sua principal adversária ao longo da história democrática do país não alcançara mais capacidade de ganhar eleições.

Com o intuito de compreender melhor a histórica disputa entre UCR e PJ, para que se possa contrastar com a estrutura de competição partidária originada após a crise do Governo De la Rúa, apresento a tabela a seguir.

Bipartidarismo argentino (1983-1993)

Partido	%EP83	%EL83	%EL85	%EL87	%EP89	%EL89	%EL91	%EL93
PJ	40,16	38,47	34,6	41,46	47,49	44,68	40,22	42,46
UCR	51,75	47,97	43,58	37,24	37,03	28,75	29,03	30,23
Total	91,91	86,44	78,18	78,7	84,52	73,43	69,25	72,69

Nota: %EL se refere apenas ao percentual de votos nas eleições para deputados nacionais.

Fonte: BARRIENTOS (2009), Dirección Nacional Electoral (2018)

A fim de complementar as informações expostas, registro que ambas as eleições presidenciais (EP) de 1983 e 1989 ocorreram de maneira indireta, de modo que os percentuais apresentados foram traduzidos em assentos para o Colégio Eleitoral - formado por 600 membros - responsável por escolher o presidente, bastando uma maioria simples de 301 para declarar o ganhador. Sendo assim, os vencedores Raúl Alfonsín (1983/UCR) e Carlos Menem (1989/PJ) receberam, respectivamente, 317 e 312 representantes, que os elegeram para mandatos de seis anos, já que somente após a reforma constitucional de 1994 os mandatos presidenciais foram reduzidos a quatro anos, bem como instaurou-se a eleição direta para presidente, além da possibilidade de segundo turno. (Dirección Nacional Electoral, 2018)

Ademais, reconhece-se que a estrutura de competição partidária na Argentina, durante sua história democrática (ou seja, excetuando os períodos de governos militares), caracterizou-se pelo bipartidarismo entre PJ e UCR, até a crise do Governo De la Rúa. Desde 1946, com a primeira eleição de Juan Domingo Perón, até 1995 (quando a FREPASO ficou em segundo

lugar na corrida pela presidência), *justicialistas* e *radicais* ocuparam sempre as duas primeiras colocações⁵, tanto em eleições presidenciais quanto legislativas, combinando grandes percentuais eleitorais. (BARRIENTOS, 2009, p. 74-76)

Nesse sentido, a tabela acima visa exemplificar essa estrutura de competição partidária mencionada, a partir de um recorte temporal de 1983 a 1993. Ao longo dessa década, a UCR venceu as três primeiras eleições (uma presidencial e duas legislativas), enquanto o PJ triunfou nas restantes (uma presidencial e quatro legislativas). Para corroborar o argumento da então disputa eleitoral praticamente bipartidária, ressalto também que, em 1983, o somatório das duas legendas atingiu impressionantes 91,91% dos votos no pleito presidencial, e 86,44% no legislativo. Ainda dentro do período analisado na tabela acima, destaco que os menores resultados combinados de PJ e UCR foram 69,25% dos votos para eleição legislativa (a de 1991), e 84,52% para eleição presidencial (a de 1989). (BARRIENTOS, 2009, p. 76), (Dirección Nacional Electoral, 2018)

Desse modo, mesmo considerando os resultados eleitorais mais baixos de *justicialistas* e *radicais*, nenhum partido obteve espaço a ponto de desbancá-los, e assim figuraram como as principais forças partidárias na Argentina até a eleição presidencial de 1995, quando a FREPASO deslocou a UCR para a terceira colocação. No entanto, esse resultado não foi capaz de modificar permanentemente o padrão de competição partidária no país, uma vez que logo nas disputas seguintes a UCR (sob a fórmula da Aliança) venceu as eleições legislativas de 1997, bem como a eleição presidencial de 1999, que teve De la Rúa como candidato. (BARRIENTOS, 2009, p. 76), (Dirección Nacional Electoral, 2018)

Portanto, feitas todas as devidas considerações, depreende-se que foi somente após a crise de 2001, do Governo De la Rúa, que a estrutura de competição partidária se transformou de modo mais duradouro, rompendo com a estável competição bipartidária entre PJ e UCR, caracterizada em ambas as esferas executiva e legislativa nacionais. Em seu lugar, cristalizou-se uma hegemonia do Partido Justicialista frente aos demais, incluindo tanto pequenos partidos (como *Recrear* e ARI) criados após a crise de 2001, quanto a debilitada UCR, que por sua vez, com os efeitos catastróficos da Gestão De la Rúa, não dispunha mais da força eleitoral de antes,

⁵ Desconsiderando o período de 1958 a 1973, quando o PJ não participou de nenhuma eleição devido a sua proscrição, determinada pelos governos militares da época.

tão necessária para vencer os peronistas nas urnas. (BARRIENTOS, 2009, p. 74-76), (MOREIRA, 2006, p. 15-18)

8. CONCLUSÃO

Durante a campanha presidencial de 1999, De la Rúa (UCR) prometeu resolver os problemas deixados pelo Governo Menem com mais prudência. No entanto, adotou políticas econômicas oscilantes, as quais provocaram conflitos internos em sua coalizão (Aliança). Adicionalmente, a Gestão De la Rúa se envolveu em um escândalo de corrupção que contribuiu para a renúncia de seu vice-presidente, Carlos Álvarez (FREPASO), o que conturbou ainda mais a coalizão governista. Dessa forma, o resultado negativo das eleições legislativas de 2001 confirmou o enfraquecimento da Aliança, que perdeu o controle da Câmara dos Deputados para o PJ, que por sua vez, já predominava no Senado. Sendo assim, De la Rúa não encontrou respaldo de uma base legislativa consistente e necessária para mantê-lo no cargo, diante de uma onda de protestos sociais que emergiram contra sua administração (com destaque para a impopular política do *corralito*). Tais manifestações foram respondidas com força letal pelo governo, provocando a morte de dezenas de pessoas, o que certamente agravou ainda mais a crise da Gestão De la Rúa. Reconhecendo a situação crítica em que se encontrava, o presidente esboçou um projeto de união nacional com a oposição peronista, que no entanto, justificada pelo clamor das ruas, negou-se a participar dessa empreitada, o que levou De la Rúa a não enxergar outra saída, senão a de renunciar. (HOCHSTETLER e EDWARDS, 2009, p. 48-53), (MALAMUD, 2005, p. 10-15; 19-21), (PÉREZ-LIÑÁN, 2008, p. 110-112; 119-125), (SERRAFERO, 2014, p. 81-85; 94-96)

Acerca das consequências político-partidárias advindas da crise de 2001 do Governo De la Rúa (e de seus graves desdobramentos, discutidos ao longo deste trabalho), a UCR perdeu vertiginosamente grande parte de sua importância eleitoral, e por conseguinte, viu sua representatividade no Congresso argentino desmoronar. Em contrapartida, o PJ retomou a posição preponderante na Câmara dos Deputados a partir de 2001, e elevou sua vantagem na bancada do Senado. Outra consequência remete ao surgimento e ligeiro crescimento de partidos menores, como *Recrear* e ARI, buscando ocupar o posto da UCR, que antes fazia frente ao PJ. Porém, essas legendas menores não alcançaram força suficiente para derrotar os *justicialistas* nas urnas, que por sua vez, venceram as três eleições presidenciais seguintes (2003, 2007 e 2011), além de assegurarem, com boa margem, controle sobre o Congresso nesse período.

Portanto, conclui-se que a crise da Administração De la Rúa modificou a estrutura de competição partidária que marcou a história democrática argentina, a qual se caracterizava pela disputa quase que bipartidária⁶ e estável entre PJ e UCR, e que se transformou na supremacia eleitoral do Partido Justicialista, com a inofensiva concorrência de partidos pequenos e recém-criados, além da enfraquecida UCR, que não apresentara mais condições de competir satisfatoriamente com os peronistas. (BARRIENTOS, 2009, p. 74-76), (MOREIRA, 2006, p. 15-18)

A título de adendo, destaca-se que essa última estrutura de competição partidária se manteve até 2015. Nesse sentido, vale mencionar a ascensão do PRO (*Propuesta Republicana*), que teve sua origem como partido de âmbito regional, e ganhou importância após seu principal líder, Maurício Macri, conquistar em 2007 a chefia de governo da Cidade Autônoma de Buenos Aires (Capital Federal), o segundo distrito eleitoral mais populoso da Argentina. Desse modo, apostando na liderança personalista de Macri, o PRO adotou estratégias (com base em alianças políticas) que priorizaram seu fortalecimento gradativo em nível local, reelegendo Macri em 2011, e abrindo mão de uma precipitada eleição presidencial. Com a figura de Macri robustecida, criou-se em 2015 o *Cambios* (coalizão nacional formada por PRO, UCR e *Coalición Cívica ARI*, dentre outros partidos menores) para concorrer à eleição presidencial daquele ano. Por meio da candidatura de Macri, o *Cambios* venceu o pleito presidencial de 2015, além de ter apresentado resultados legislativos expressivos, pondo fim a então hegemonia do PJ, e assim, transformou-se novamente a estrutura de competição partidária na Argentina. Sobre essa nova estrutura de competição partidária, pesquisas futuras poderão analisar suas características e dinâmicas envolvidas. (MAURO, 2015, p. 423-425; 427-429)

Por fim, este trabalho se propõe também a ensejar o desenvolvimento de pesquisas comparativas vindouras entre as consequências político-partidárias das crises argentina (do Governo De la Rúa/UCR) e brasileira (que ainda se desdobra), já que a última possui muitos efeitos ora desconhecidos, dada a ausência de novas eleições até então.

⁶ Exceto na eleição presidencial de 1995, vencida pelo PJ, seguido pela FREPASO, que deslocou a UCR para um inédito terceiro lugar.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARGENTINA, Constitución de la Nación. Disponível em: <<http://pdba.georgetown.edu/Parties/Argentina/Leyes/constitucion.pdf>>. Acesso em: 25/05/2018.

ARGENTINA, Dirección Nacional Electoral. Micrositio interactivo con datos estadísticos de elecciones 1983 a 2013. Disponível em: <<https://recorriendo.elecciones.gob.ar/principal.html>>. Acesso em: 07/06/2018.

ARGENTINA, Ministerio del Interior, Obras Públicas y Vivienda. Observatorio Político Electoral. Partidos políticos. Disponível em: <<https://www.argentina.gob.ar/observatorioelectoral/partidospoliticos>>. Acesso em: 13/07/2018.

BANDEIRA DE MELLO, Beatriz. Perón: entre o Partido Justicialista e o movimento sindical (1943-1955). In: II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina, 2016, São Paulo. Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina, 2016, p. 1-11.

BARRIENTOS, Miguel. Federalismo comparado entre Brasil e Argentina: o poder dos governadores desde a redemocratização. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009, p. 1-197.

BORGES, André. Desenvolvendo argumentos teóricos a partir de estudos de caso: o debate recente em torno da pesquisa histórico-comparativa. Revista BIB, n. 63, 2007, p. 47-62.

CALVO, Ernesto. Argentina, elecciones legislativas 2005: consolidación institucional del kirchnerismo y territorialización del voto. Revista de Ciencia Política, Santiago, 2005, vol. 25, n. 2, p. 153-160.

CELS, La protesta social en la Argentina durante diciembre de 2001, Documento elaborado por el Centro de Estudios Legales y Sociales para ser presentado ante la CIDH. Buenos Aires, 8 de marzo de 2002, p. 1-33.

DIANNI, Cláudia. Peronistas se dividem até ao homenagear o líder. Folha de S.Paulo. 2004. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0207200407.htm>>. Acesso em: 13/07/2018.

El Día online.com. Hace 15 años, De la Rúa abandonaba la Casa Rosada en helicóptero. 2016. Disponível em: <<http://www.eldiaonline.com/hoy-hacen-15-anos-la-rua-abandonaba-la-casa-rosada-helicoptero/>>. Acesso em: 07/06/2018.

ESCOLAR, Marcelo; CALVO, Ernesto; CALCAGNO, Natalia y MINVIELLE, Sandra. Últimas imágenes antes del naufragio: las elecciones del 2001 en la Argentina. Desarrollo Económico, 2002, vol. 42, n. 165, p. 25-43.

HOCHSTETLER, Kathryn, e EDWARDS, Margaret E. Failed Presidencies: Identifying and Explaining a South American Anomaly. Journal of Politics in Latin America, 2009, 1: 31-57.

KIM, Young Hun, e BAHRY, Donna. Interrupted Presidencies in Third Wave Democracies. The Journal of Politics, 2008, 70: 84-117.

LEVITSKY, Steven. The “normalization” of Argentine politics. Journal of Democracy, Baltimore, 2000, v.11, n.2, p. 56-69.

LUPU, Noam. Brand Dilution and the Breakdown of Political Parties in Latin America. World Politics, 2014, 66: 561-602.

LUPU, Noam. Party brands and partisanship: Theory with evidence from a survey experiment in Argentina. American Journal of Political Science, 2012, p. 1-16.

MACKINNON, María Moira. Sobre los orígenes del Partido Peronista. In: Representaciones inconclusas, las clases, los actores y los discursos de la memoria, 1912-1946. Buenos Aires: Biblos, 1995, p. 1-39.

MALAMUD, Andrés. Social Revolution or Political Takeover? The Argentine Collapse of 2001 Reassessed. *Latin American Perspectives*: 0094582X13492710, 2013, p. 1-16.

MALAMUD, Andrés. Winning Elections versus Governing: A Two-Tier Approach to Party Adaptation in Argentina, 1983-2003. XI Encuentro de Latinoamericanistas Españoles (CEEIB), Tordesillas, 2005, p. 1-25.

MAURO, Sebastián. La transformación del sistema político argentino y sus nuevos actores. La construcción propuesta republicana como partido político. *Analecta política*, 5(9), 2015, p. 407-430.

MOREIRA, Constanza. Party systems, political alternation and ideology in the south cone: Argentina, Brazil, Chile and Uruguay. *Revista Uruguaya de Ciência Política*, Montevideo, v.2, 2006, p. 1-20.

PENNAFORTE, Charles. Era Menem: o legado neoliberal. *CECIERJ. Educação Pública*. 2015. Disponível em: <<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/cienciassociais/0015.html>>. Acesso em 08/06/2018.

PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. Instituciones, Coaliciones Callejeras e Inestabilidad Política: Perspectivas Teóricas Sobre Las Crisis Presidenciales. *América Latina Hoy*, 49, 2008, p. 105-126.

SERRAFERO, Mario Daniel. Flexibilización Del Presidencialismo En América Latina:¿ Un Fenómeno Nuevo?. *Revista de Estudios Políticos*, 2014, p. 67-99.

UCR, Unión Cívica Radical, Comité Nacional. Disponível em: <<http://www.ucr.org.ar/>>. Acesso em: 28/05/2018.